

BARIGÜI COMPANHIA HIPOTECÁRIA

CNPJ: 14.511.781/0001-93

Av. Sete de Setembro, 4751 - Sobreloja - Conjunto 2 - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas A Administração da Barigui Companhia Hipotecária submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da

Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015. Conforme informado em relatórios anteriores, trata-se da primeira instituição da espécie, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, a funcionar no Estado do Paraná, estando as suas atividades reguladas pela Resolução CMN nº 2.122/94 e normas complementares, tendo como principal campo de negócio a concessão de créditos imobiliários e figura como participante terior como principal campo de negocio a concessa de declinos inflorimatores enguia como participante do Sistema Financeiro de Habitação. A Cia. Hipotecária integra o Conglomerado Financeiro Barigui, liderado pela Barigui S/A Crédito, Financiamento e Investimentos e suas operações e resultados constam do respectivo balanço consolidado, na forma da regulamentação em vigor. A seguir, fazemos nossos comentários sobre o atendimento ao Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil para constituição e funcionamento da Barigui Companhia Hipotecária, em novembro de 2009, em que estava incluído o Projeto de Viabilidade Econômico-Financeira, no que tange aos objetivos estratégicos, atendendo ao prescrito na Resolução CMN nº 4.122, conforme abaixo iremos expor. a) As observações a seguir devem ser analisadas no contexto de que as previsões foram elaboradas na metade de 2009 e que o tempo decorrido, as mutações por que passaram a Economia Brasileira

e a Regional no período e a evolução sistêmica do crédito imobiliário no lapso em questão geraram ajustes, sem, contudo, implicarem desvios significativos daquelas projetadas; b) Presente que as suas operações se iniciaram, efetivamente, em fevereiro de 2012, durante os guarenta e um meses de funcionamento da Cia. Hipotecária foram efetivadas 1.710 operações, com a carteira atingindo o montante de R\$ 129,3 milhões, captações via LCI somando R\$ 128,5 milhões e Patrimônio Líquido de R\$ 8,8 milhões; c) As parcerias estabelecidas, envolvendo: (I) Seguradora, para cobertura de prêmios de seguro de vida/invalidez permanente e de sinistros nos imóveis garantidores; (II) empresas especializadas na área de avaliação de imóveis: (III) correspondentes em pracas julgadas de bom potencial de negócios, nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e São Paulo; e (IV) Securitizadora, visando instituir canal para cessões dos créditos sob apreço, e no seguimento, lastrearem certificados de recebíveis imobiliários (CRIs), concorreram, com real importância, para o atingimento dos resultados antes indicados; d) A Cia. Hipotecária permanece com captações crescentes via LCl's, mantendo independência quanto ao seu "funding" para a realização das operações de crédito imobiliário; e) Nada obstante o ciclo de aumento nas taxas de iuros experimentado desde maio/2013 e que se acentuou nos últimos sete meses, como resultado, em especial, da elevação da taxa Selic, houve, no semestre, aumento de nossa carteira de créditos, refletindo, uma vez mais, a adequação do mercado a novos patamares de preços de imóveis, com

reduções ou incrementos menores dos valores daqueles bens, e, ainda, frente a redução de oferta de créditos por parte de algumas instituições financeiras concorrentes; f) Os valores projetados no estudo de viabilidade apresentado ao Banco Central para a Cia. Hipotecária, no que tange ao 7º semestre de atividade, seguindo a tendência mostrada em levantamentos anteriores, foram largamente superados, sem comprometer a política conservadora implementada, com os principais indicadores apresentando evoluções efetivas acima das estimativas, assim representadas: 37,7% para o Patrimônio Líquido, de 67,3% para os créditos, 81,9% para as captações e 67,4% para os resultados; g) Do exposto, podemos concluir que os objetivos estratégicos foram atingidos no balanço de 30 de junho de 2015, com variações, em nosso entender, admissíveis frente às mutações ocorridas nos parâmetros financeiros e econômicos desde as projeções levadas a cabo em meados de 2009, bem como a expansão que o mercado imobiliário, como um todo, experimentou nos últimos anos. A Barigui Cia Hipotecária, no quarto ano de atividades, apresentou indiscutivelmente performance coerente com seus objetivos, com crescimento ordenado e seguro, sempre tendo presente a higidez econômico-financeira, buscando aperfeiçoar o atendimento dos seus clientes, e prospectar oportunidades no cenário de retração da atividade econômica que ora o País vivência.

Curitiba (PR), 14 de agosto de 2015. Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro Sócio Diretor/ Administrador

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

Em 00 BE 0011110 BE 2010 E BE 2014 (1410)	co express	oo ciii iiiiiiiai co ac	rears)
	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Receitas da intermediação financeira Operações de crédito Renda aplicação interfinanceira de liquidez	5.b	14.569 14.459 110	8.594 8.492 102
Despesas da intermediação financeira Operações de captação no mercado Provisão para perdas com créditos	9.c 5.d	(8.628) (6.933) (1.695)	(4.023) (3.289) (734)
Resultado bruto da intermediação financeira		5.941	4.571
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.110)	(2.659)
Renda de prestação de serviços Despesas de pessoal Despesas administrativas Despesas tributárias Despesas com depreciação/amortização Outras receitas operacionais Outras (despesas)	16 15 17	289 (732) (2.683) (399) (11) 666 (240)	141 (560) (1.942) (275) (6)
Resultado não operacional		(116)	46
Resultado antes da tributação sobre o lucro		2.715	1.958
Imposto de renda e contribuição social	18 .	(787)	(719)
Imposto de renda e contribuição social - corrente Imposto de renda e contribuição social - diferido		(1.161) 374	(1.044) 325
Participação dos empregados		(66)	(126)
Lucro Líquido	:	1.862	1.113
Número de ações - em milhares Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		3.000 0,6207	3.000 0,3710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

(validade de l'alle)							
luxo de caixa das atividades operacionais	30/06/2015	30/06/2014					
ucro líquido do semestre	1.862	1.113					
Ajustes para reconciliar o resultado com recursos provenientes de atividades operacionais:							
Depreciações e amortizações Provisão para perdas em operações de créditos Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social - diferido Participação dos empregados	11 1.695 1.161 (374) 66	6 734 1.044 (325) 126					
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(394)	(285)					
Variações em ativos e passivos							
Deduces (Augusta) Occasion de cofdita	(04.440)	(45.040)					

Variações em ativos e passivos		
Redução (Aumento) Operações de crédito Redução (Aumento) outros créditos Aumento outros valores e bens (Redução) aumento em depósitos interfinanceiros Aumento em recursos de letras de crédito imobiliario Aumento das outras obrigações Caixa Ilquido aplicado nas atividades operacionais	(21.443) (1.209) (1.012) (6.001) 28.843 (3.048) (112)	(15.316) 161 (1.245) 4.379 7.401 720 (1.487)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Redução (aumento) Imobilizado de uso Redução (aumento) Intangível Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(10) (10)	(6) (15) (21)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(249) (249)	-
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(102)	(1.508)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre

i. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro rata" dia) e provisão para perda quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro rata" dia).

j. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. k. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuadas, para o semestre findo em 30 de junho de 2014, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto guando da

existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem · Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe

probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota

 Provisões: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas

 Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas stão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente provisionadas.

· Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões no passivo, em atendimento às normas do BACEN.

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida

do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável, conforme legislação em vigor.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Companhia, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas em operações de crédito, provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas ao menos semestralmente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	30/06/2015	30/06/2014
Disponibilidade		
Caixa	3	3
Depósitos bancários	210	348
Aplicações interfinanceiras (a)	3.000	700
Total	3.213	1.051

manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos diferidos com vida útil (a) As aplicações financeiras, com vencimento inferior a 90 dias, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa. As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras em outras instituições, tendo uma taxa média de 100% do CDI, com vencimento em

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2015 R\$mil	30/06/2014 R\$mil	Passivo	Nota	30/06/2015 R\$mil	30/06/2014 R\$mil	
Circulante		46.025	28.111	Circulante		58.180	37.918	r
Disponibilidades	4	213	351	Depósitos Depósitos Interfinanceiros - Ligadas	9.a	8.264 8.264	5.299 5.299	_
Aplicações financeira de liquidez Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	3.000	700 700	Recursos de aceites e emissão de títulos	9.b	47.014	26.749	
Operações de crédito Setor privado	5	<u>37.973</u> 39.446	23.972 24.784	Recursos de letras de crédito imobiliário		47.014	26.749	F
Provisão para perdas em operações de créditos		(1.473)	(812)	Outras obrigações Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		2.902 137	<u>5.870</u> 53	(
Outros créditos Diversos Créditos tributários	6	1.332 1.249 83	1.020 581 439	Sociais e estatutárias Fiscais e previdenciárias Diversas	10 11	175 938 1.652	298 840 4.679	
Outros Valores e Bens Bens não de uso Despesas antecipadas	7	3.507 2.137 1.370	2.068 1.752 316					
Ativo não circulante		95.086	54.791	Passivo não circulante		74.104	38.574	F
Realizável a longo prazo		94.987	54.705	Exigível a longo prazo		74.104	38.574	F
Operações de crédito Setor privado	5	91.409 93.096	53.353 54.151	Recursos de aceites e emissão de títulos Recursos de letras de crédito imobiliário	9.b	73.218 73.218	38.574 38.574	li
Provisão para perdas em operações de créditos Outros créditos Diversos Créditos tributários	6	(1.687) 1.123 20 1.103	(798) 229 229	Outras obrigações Diversas	11	886		F
Outros valores e bens Bens regime especial Provisão por <i>impairment</i> Despesas antecipadas	7	2.455 726 (147) 1.876	1.123 72 1.051					L
Permanente	8	99	86	Patrimônio líquido Capital social De Domiciliados no país	13	8.827	6.410 3.000	A
Imobilizado de uso Outras imobilizações de uso (-) Depreciação		93 (34)	50 70 (20)	Reservas de lucros Legal Estatutária		3.000 5.827 311 709	3.410 183 709	
Intangível Outros ativos intangíveis (-) Amortização		40 49 (9)	36 40 (4)	Especial		4.807	2.518	F
Total do ativo		141.111	82.902	Total do passivo		141.111	82.902	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

				Reserva de lucros			
	Nota	Capital Social R\$ mil	Reserva Legal R\$ mil	Reserva Estatutária R\$ mil	Reserva Especial Lucros R\$ mil	Lucros Acumulados R\$ mil	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		3.000	127	709	1.524	-	5.360
Lucro líquido do semestre Destinações: Constituição de reserva legal Constituição de dividendos Constituição de reserva especial	13.b 13.d 13.c	-	- 56 - -	- - -	- - - 994	1.113 (56) (63) (994)	1.113
Saldos em 30 de junho de 2014		3.000	183	709	994	-	6.410
Saldos em 31 de dezembro de 2014		3.000	218	709	3.144	-	7.071
Lucro líquido do semestre Destinações: Constituição de reserva legal Distribuição de dividendos Constituição de reserva especial	13.b 13.d 13.c		93 - -	- - -	- - - 1.663	1.862 (93) (106) (1.663)	1.862
Saldos em 30 de junho de 2015		3.000	311	709	4.807		8.827
Mutações do semestre		-	93	-	1.663	-	1.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Barigüi Companhia Hipotecária ("Companhia"), controlada pela Barigüi S.A.- Crédito, Financi e Investimentos (94%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012. A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de

financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão egalmente autorizadas às instituições da espécie

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com

as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às normas do BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e de outros regulamentos daquela Autoridade Monetária

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao proces de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo BACEN Desta forma, a Companhia, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

(a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08. (b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;

(c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; (d) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução

(e) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; (f) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;

(g) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e

(h) Resolução 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) ou Conselho Monetário Nacional CPC 23 - Políticas contábeis, mudanca de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11

Em reunião de Diretoria, realizada em 14 de agosto de 2015, foram aprovadas estas demonstrações

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração as demonstrações

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa.

de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b. Apuração do resultado O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e consideram os rendimentos encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes

c. Ativos e passivos dos grupamentos entre circulante e a longo prazo São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos

sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

e variações monetárias auferidas e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. As provisões para perdas em operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas ou vincendas), expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição de provisões. inclusive, exigidas pelas normas do CMN e BACEN. d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelos custos de aquisição, acrescidos dos

rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

(i) Operações de crédito estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pró rata" dia. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados:

(i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação m nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administra quanto ao nível de risco. As principais operações de crédito são compostas por financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos. (ii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída nos termos da Resolução nº

2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência

passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Prazo em dobro	Percentual de provisão
ABCDEF GH	Até 14 dias De 15 a 30 dias De 31 a 60 dias De 61 a 90 dias De 91 a 120 dias De 121 a 150 dias De 151 a 180 dias Acima de 180 dias	Até 29 dias De 30 a 60 dias De 61 a 120 dias De 121 a 180 dias De 181 a 240 dias De 241 a 300 dias De 301 a 360 dias Acima de 360 dias	0,50% 1,00% 3,00% 10,00% 30,00% 50,00% 70,00%

A Companhia passou a considerar a contagem em dobro para os contratos com prazos vincendos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos. As operações de crédito contratadas com clientes cuia responsabilidade total seia de valor inferior a

R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível "A", conforme critérios da Resolução nº 2.697/00, do CMN. As operações renegociadas, por atraso nos contratos anteriores, são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação até que ao menos duas parcelas da nova dívida renegociada sejam recebidas, quando poderão galgar níveis de menor provisionamento. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classific como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

(i) Operações vencidas há mais de 60 dias - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas

Correspondem principalmente a:

(i) Comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação; e

(ii) As comissões pagas a correspondentes credenciados são diferidas contabilmente, de acordo

com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeitos desde diferimento é 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular do Bacen 3.378/14, ou seja, dois terços são inicialmente reconhecidos no ativo e no restante reconhecido integralmente como despesa concomitante a contratação da operação de crédito.

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas

pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das sequintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo de imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais das classes de bens da Companhia são:

Móveis, utensílios e equipamentos de uso 10% a.a. 20% a.a. Equipamentos de informática h. Intangível Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados

Sistema de Processamento de Dados 20% a.a

definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, como segue

5 Operações de crédito e a. Composição da carteir		itos de liquidação	o duvidosa	
			30/06/2015	30/06/2014
Circulante Setor Privado (-) Provisão para créditos	s de liquidação duvido	osa	39.446 (1.473)	24.784 (812)
Total circulante		_	37.973	23.972
Não circulante Setor Privado (-) Provisão Devedores D	Duvidosos	_	93.096 (1.687)	54.151 (798)
Total não circulante		_	91.409	53.353
b. Composição da carteir	a de crédito por ativ	idade econômic	 a:	
	30/06/	2015	30/06	/2014
Financiamentos	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Empreendimentos Imobiliários Habitacionais Capital de Giro	15.988 112.903 3.651	12,06% 85,18% 2,76%	11.198 60.084 7.653	9,87% 74,76% 15,37%
Total	132.542	100,00%	78.935	100,00%
A taxa mínima praticada pe CDI a.m e a taxa máxima f no semestre, no montante	foi de 2,99% a.m. A C	Companhia auferiu	receita com oper	rações de crédito
Os imóveis financiados são	alienados fiduciariar	mente em favor da	Companhia.	
c. Prazo de realização do	s contratos			
A vencer			30/06/2015	30/06/2014
Até 3 meses			8 853	5 634

de 3 meses a 12 meses De 1 a 3 anos de 3 a 5 anos de 3 a 5 anos de 5 a 15 anos de 5 a 15 anos Total a vencer Vencidos 27.707 17.788 60.332 27.926 17.463 13.634 12.555 Acima de 15 anos 83 32 70 2886 1.362	A vencer	30/06/2015	30/06/2014
Vencidos 2.886 1.362	de 3 meses a 12 meses De 1 a 3 anos de 3 a 5 anos de 5 a 15 anos	27.707 60.332 17.463 15.218	5.634 17.788 27.926 13.634 12.559
122.542 79.025	Total a vencer	129.656	77.573
Tatal 132.542 78.935	Vencidos	2.886	1.362
10(a)	Total	132.542	78.935

d.1 Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito A movimentação da provisão para perdas em operações de crédito é a seguinte: 30/06/2015 30/06/2014 Saldo no inicio do período (876)(1.924) (1.695)

Créditos baixados para prejuízo (734)(3.160)(1.610)Saldo final do período Circulante (1.473) (1.687) (812) (798) Não Circulante Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados para prejuízo" o montante

 d.2 Composição da carteira e provisão para perdas em operações de crédito, por rating
 O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2014 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados: - Posição em 30 de junho de 2015

Empréstimo Financiamento

d. Provisão para perdas em operações de crédito

de R\$ 16 no semestre findo em 30 de junho de 2015.

Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Capital de Giro	Habitacional Empreendimento Imobiliário	Total	Valor da Provisão
Α	Normal	0,50%	1.583	106.270	107.853	(539)
В	Normal Vencido	1,00% 1,00%	194	220 6.847	414 6.847	(4) (68)
С	Normal Vencido	3,00% 3,00%	9 234	1.892 8.957	1.901 9.191	(57) (276)
D	Normal Vencido	10,00% 10,00%	2 806	1.957	2 2.763	(276)
E	Normal Vencido	30,00% 30,00%	215	1.656	1.871	(561)
F	Normal Vencido	50,00% 50,00%	22	407	429	(215)
G	Normal Vencido	70,00% 70,00%	187	171	358	(251)
н	Normal Vencido	100,00% 100,00%	399	514	913	(913)
Total			3.651	128.891	132.542	(3.160)
Circulante Não circu					39.446 93.096	(1.473) (1.687)

Posição em 30 de junho de 2014:

			Empréstimo	_Financiamento_			
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Capital de Giro	Habitacional Empreendimento Imobiliário	Total	Valor da Provisão	
Α	Normal	0,50%	4.889	62.851	67.740	(338)	
В	Normal Vencido	1,00% 1,00%	40 1.131	3.227	40 4.358	(44)	
С	Normal Vencido	3,00% 3,00%	739	2.863	3.602	(108)	
D	Normal Vencido	10,00% 10,00%	342	771	1.113	(111)	
E	Normal Vencido	30,00% 30,00%	24	1.187	1.211	(363)	
F	Normal Vencido	50,00% 50,00%	88	335	423	(212)	
G	Normal Vencido	70,00% 70,00%	-	48	48	(34)	
Н	Normal Vencido	100,00% 100,00%	400		400	(400)	
Total			7.653	71.282	78.935	(1.610)	
Circulante					24.784	(812)	

Não circulante 54.151 (798)(i) no semestre findo em 30 de junho de 2015, a Companhia adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 6.724. A taxa média dos créditos adquiridos no semestre foi de 1,1978%. Estas operações auferiram renda no semestre no total de R\$ 1.494 (R\$ 281 em 30 de junho de 2014). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

IVO LUIZ ROVEDA

Diretor Presidente

Aos Diretores da Barigui Companhia Hipotecária

 O saldo de outros créditos está composto pelos seguintes valo 	ores:	
Circulante	30/06/2015	30/06/2014
Adiantamentos e antecipações salariais Créditos Tributários (nota 18.c)	105 84	28 439
Impostos a compensar Devedores diversos (a)	678 442	128 206
Outros (b)	23	219
Total	1.332	1.020
Não circulante Devedores por depósito em garantia Créditos Tributários (nota 18.c)	20 1.103	229
Total	1.123	229

(a) Refere-se a (i) valores relativos a portabilidade R\$ 329; e (ii) serviços de terceiros na contratação de operações no importe de R\$ 113. os quais serão integrados ao contrato de financiamento

(b) Valores a ressarcir de despesas pagas correspondentes a avaliação imobiliária no valor de R\$ 23 O saldo do subgrupo "despesas antecipadas" estão compostos principalmente por despesas com

ução nº 4.294 do Co	onselho Monetário
30/06/2015 2.137 1.286 36 32 16	30/06/2014 1.752 314 2
3.507	2.068
726 (147) 1.792 58 - 26	1.051 40 32 1.123
	30/06/2015 2.137 1.286 36 32 16 3.507 726 (147) 1.792 58

ENIO FORNEA JÚNIOR

Diretor Superintendente

Tratam-se de valores de consolidação de propriedade (execução da garantia com a retomada móveis) dos quais estão registrado sob regime especial o montante de R\$ 726, por se tratarem imóveis com liminar. Durante o semestre foram provisionados o montante de R\$ 147 para valorização de bens; e

As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com razo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir 2015, são apropriadas aos resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do selho Monetário Nacional (CMN).

ermanente nonstramos a movimentação do permanente no semestre findo em 30 de junho de 2015:

Saldo em 30/06/2015 talações, móveis e equipamentos uipamentos de informática enciamento de uso de software Depreciação / Amortização Acumulada (24) 100 (1) aptação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

Depósitos interfinanceiros com parte relacionada (nota 14) 30/06/2015

Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total		
8.264	8.264	5.299	5.299		
Foram reconhecidas despesas no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2015, na rubrica de "operações de captação no mercado", no montante de R\$ 487 (R\$ 83 no semestre findo em 30 de junho de 2014). A taya média de captação foi de 100% CDI					

30/06/2015

(6,365

(6.933)

ecursos de letras de crédito imobiliários

Depósitos interfinanceiros

Contribuição ao FGC

Total

Despesas de letras de crédito

	Até 3 meses	De 03 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Recursos por emissão de letras de crédito imobiliário	9.638	37.376	73.218	120.232	
Circulante Não circulante				47.014 73.218	
	30/06/2014				
	Até 3 meses	De 03 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Recursos por emissão de letras de crédito imobiliário	10.260	16.489	38.574	65.323	
Circulante Não circulante				26.749 38.574	
Foram reconhecidas despesas no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2015, na rubrica de "operações de captação no mercado", no montante de R\$ 6.365 (R\$ 3.137 em 30 de junho de 2014). c. Resumo da composição das despesas de captação no mercado:					

1° semestre 2015 1° semestre 2014

10 Obrigações fiscais e previdenciárias		
	30/06/2015	30/06/2014
Imposto de renda Contribuição social Impostos e contribuições s/ serv. de terceiros Impostos e contribuições s/ salários Outros	593 209 54 20 62	460 300 21 19 40
Total	938	840
11 Outras obrigações - diversas		
Circulante Despesas de pessoal Outras provisões administrativas Provisão para riscos cíveis (nota 12) Partes relacionadas (nota 14) Credores diversos - País (a)	30/06/2015 91 237 39 14 1,271	30/06/2014 84 272 17 26 4.280
Total	1.652	4.679
Não circulante Credores diversos - País (a)	886	

(a) Refere-se principalmente a (i) valores de contratos de financiamentos efetivados e não pagos até a data do balanço no montante de R\$ 879 (R\$ 3.921 em 30 de junho de 2014); (ii) a parcelas de seguros (DFI e MIP) a repassar no montante de R\$ 77 (R\$ 116 em 30 de junho de 2014); (iii) recebimentos antecipados de taxas de administração e seguros das carteiras adquiridas durante o primeiro semestre 2015 no montante de R\$ 1.093, sendo que o seguro no montante de R\$ 248 será repassado às seguradoras e a taxa de administração no montante de R\$ 376 será apropriado ao resultado pelo prazo de vigência do contrato; (iv) equalização de taxas no montante de R\$ 191; (v) deságio carteiras adquiridas somam R\$ 278 será apropriado ao resultado pelo prazo de vigência do contrato; e (vi) recebimentos não identificados e parcelas recebidas antecipadamente R\$ 108 (R\$ 243 em 30 de junho de 2014).

12 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias a. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia os processos em que é parte envolvida e constitui provisão para os processos passivos em que a probabilidade de perda é provável. Em 30 de junho de 2015, a Companhia possui contabilizada provisão para ações cíveis no montante de R\$ 39, registrada na rubrica "Provisão Para Riscos".

Em 30 de junho de 2015 existem contingencias com probabilidade de perda possível de natureza civeis, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem no valor de R\$ 220 (R\$ 78 em 30 de junho de 2014)

No semestre findo em 30 de junho de 2015, não foram reconhecidos na Companhia ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

Financeiro Nacional, em especial o Banco Central do Brasil.

c. Órgãos Reguladores/Fiscalizadores Não existe em curso processo administrativo por parte dos órgãos fiscalizadores oficiais do Sistema

A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia os processos em que é parte envolvida e constitui provisão para os processos passivos em que a probabilidade de perda é provável

13 Patrimônio líquido a. Capital Social

b. Ativos contingentes

capital social, to 3.000, representado por 3.000.000 (três milhões) ações, ordinárias e nominativas, sem valor nominal

Acionistas	Nº de ações	Valor em R\$	Participação	
Barigüi S/A Crédito, Financiamento e Investimentos. Enio Fornea Junior Ivo Luiz Roveda Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	2.820.000 150.000 15.000 15.000	2.820 150 15 15	94,0% 5,0% 0,5% 0.5%	
Total	3.000.000	3.000	100.00%	

h. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reservas especiais de lucros

A reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para reserva legal e dividendos. d. Dividendos

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingencias, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, das Sociedades por Ações. No semestre findo em 30 de junho de 2015, a Companhia provisionou o dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 106.

14 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes,

em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. 30/06/2015 30/06/2014

		30/00/20	/15		30/00/20	14
Descrição	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Barigui S/A Crédito, Financiamento e Investimento Depósitos Interfinanceiros Dividendos Reembolsos de comissões e outras Utilização de estrutura compartilhada (a)	:	8.264 100 - 14	(487) - - (36)	- 148 -	5.299 196 26	(83) - - (36)
Barigui Promotora de Créd Imob. Ltda. Prestação de Serviços	1.116	-	(1.038)		92	(214)
Central Brasileira de Cobrança Ltda. Prestação de Serviços	-	73	(347)	-	-	-
Barigui Securitizadora S.A. Prestação de serviços	352	-	(73)	-	-	-
Pessoa física Letra de Crédito Imobiliário Dividendos Remuneração aos administradores	-	37.492 6 -	(1.871) - (70)	-	12.803	(931) - (52)

DIRETORIA

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO

(a) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Servicos Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa

15 Despesas administrativas

	30/06/2015	30/06/2014
Despesas de comunicação Despesas com aluguel comercial Despesas de processamento de dados Despesas com propaganda e publicidade Despesas serviço sistema financeiro Despesas com serviços terceirizados (a) Despesa com serviços técnicos especializados Outras	(9) (14) (113) (80) (160) (2.010) (219) (78)	(5) (16) (108) (89) (149) (1.029) (242) (304)
Total	(2.683)	(1.942)

(a) Refere-se, substancialmente, à (i) apropriação de despesas com comissões de correspondentes no semestre montam o valor de R\$ 936 (R\$ 340 em 30 de junho de 2014); (ii) comissão em assessoria de cobrança no semestre corresponde ao valor de R\$ 347 (R\$ 320 em 30 de junho de 2014); (iii) despesa com assessoria e consultoria empresarial na estruturação de negócios no semestre corresponde ao valor de R\$ 583 (R\$ 232 em 30 de junho de 2014); (iv) despesa com corretagens no semestre corresponde ao montante de R\$ 113 (R\$ 69 em 30 de junho de 2014) e; (v) outros serviços que correspondem no semestre ao valor de R\$ 31 (R\$ 68 em 30 de junho de 2014)

30/06/2015

(877)

30/06/2014

30/06/2014

(648)

(396)

16 Rendas de prestação de serviços

Confecção de cadastro Tarifa de administração de contrato

Impostos correntes Imposto de renda

Contribuição social

17

De Oı Tota

(83) (3.137)

(3.289)

Total	289	141
7 Despesas tributárias		
	30/06/2015	30/06/2014
lespesa de PIS lespesa de COFINS lutros	52 317 30	35 218 22

18 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido

 a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado 30/06/2015

Total imposto de renda e contribuição social correntes	(1.161)	(1.044)		
Impostos diferidos	374	325		
Total do imposto de renda e contribuição social	(787)	(719)		
b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado				
	30/06/2015	30/06/2014		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos empregados	2.715	1.958		
Participação dos empregados Resultado líquido	(66) 2.649	(126) 1.832		
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9% respectivamente	(901)	(622)		

Exclusões (adições) 114 (787)Despesa com imposto de renda e contribuição social No semestre findo em 30 de junho de 2015, os créditos tributários são compostos pelos seguintes Saldo em

Constituição (Reversão) 31/12/2014 Descrição 30/06/2015 Imposto de renda Provisão para crédito de liquidação duvidosa 457 329 786 Provisões Passivas 10 10 Outras Provisões 869 Total créditos tributários de IRPJ 370 Contribuição social Provisão para crédito de liquidação duvidos 289 (2)287 Provisões Passivas Total créditos tributários de CSLL 313 317 Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ

As diferenças temporárias relativas às provisões sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, serão reconhecidas em sua totalidade até o exercício de 2017. Ademais, também estão reconhecidos os *créditos relativos* às diferenças temporárias decorrentes de provisões sobre pagamentos de participação nos resultados, que serão reconhecidos em sua totalidade em 2016.

	2016	2017	2018	Total
Créditos Tributários de imposto de renda Diferenças temporárias	61	215	593	869
Valor presente	54	166	403	623
Créditos Tributários de contribuição social Diferenças temporárias	22	79	216	317
Valor presente	20	61	147	228

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 13,75% (Selic).

19 Política de remuneração

A Companhia remunera um só membro de sua Diretoria Executiva, com posicionamento conservador, atendendo plenamente ao espírito da Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no semestre findo em 30 de junho de 2015 está representado por R\$ 70 (R\$ 52 no semestre findo em 30 de junho

20 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basiléia) conglomerado A Companhia detém capital social de R\$3.000 (três milhões de reais), totalmente subscrito, acima

do nível mínimo exigido pelas Autoridades Monetárias para as Sociedades da espécie, consoante o prescrito na Resolução CMN nº 2.099/94, Regulamento Anexo II, art. 1º, "caput" e parágrafo primeiro, montante adequado para alavancar as suas operações no corrente exercício. O acionista controlador está representado pela Barigüi S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, com 94% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 11% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basiléia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice de Basiléia, em 30 de junho de 2015, está apresentado de forma combinada nas demonstrações financeiras da sua controladora, Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.

21 Estrutura de gerenciamento de riscos

Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas na Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, líder do conglomerado Financeiro Barigüi e controladora da Barigüi Companhia Hipotecária. Assim, as disposições próprias são aplicáveis às duas entidades acima citadas

A seguir, os principais fatores dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

a. Risco de crédito

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Companhia atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

b. Risco operacional No semestre findo em 30 de junho de 2015, a Companhia deu continuidade aos esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes internas e externas e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração.

c. Risco de mercado

O risco de mercado, decorrente das captações de recursos junto à clientela, no que tange as variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Companhia com grande agilidade e alto grau de confiança. A entidade emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com

diversificação de investimentos. d. Risco de gerenciamento de capital Avaliação permanente da necessidade de capital da Companhia para fazer face aos riscos a que está sujeita, inclusive a necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de

O fundamento principal é a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Companhia. A instituição dispõem de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para

mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basiléia.

os negócios. A Companhia realiza testes de estresse, aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando

soluções que levem a Companhia a suportar os efeitos assim levantados. Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está registrada

no endereço eletrônico: www.bariguicreditointeligente.com.br > institucional > gerenciamento de

LUCIANO MARCOS DE OLIVEIRA

Gerente de Contabilidade CRC PR 042719/O-0

Contadora CRC PR 063966/O-2 Diretor Adjunto RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Curitiba - Paraná Examinamos as demonstrações financeiras da Barigui Companhia Hipotecária ("Hipotecária"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim

como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Hipotecária é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentem Responsabilidade dos auditores independentes

BARIGUI S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Sócio

Opinião Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barigui Companhia Hipotecária em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

CRISTIANE APARECIDA DAMRAT

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre anterior

relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Hipotecária para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Hipotecária. Uma auditoria

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem

Charles Domingos de Almeida Contador CRC PR-039655/O-9

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja por outros auditores e que emitiram relatório sem modificação, datado de 13 de agosto de 2014. planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

Curitiba, 26 de agosto de 2015 **KPMG** Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6